

* continuação

MAPFRE BB SH2 Participações S.A. - CNPJ nº 12.264.857/0001-06

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

perda de valor é revertida e registrada no resultado. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes. *ii. Ativos não financeiros:* Os valores dos ativos não financeiros são revisados, para fins de recuperabilidade, no mínimo anualmente para determinar se há alguma indicação de perda considerada permanente, que é reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável. **d) Investimentos:** Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que a SH2. Não existem diferenças entre as políticas contábeis adotadas pela SH2 e suas controladas. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a SH2 determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da SH2 em suas controladas. A SH2 determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos nas controladas sofreram perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a SH2 calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado. **e) Passivos financeiros:** Compreendem substancialmente fornecedores, contas a pagar e as contas que compõem o passivo que são reconhecidos inicialmente ao valor justo. **f) Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a SH2 tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. **g) Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados por meio do resultado a valor justo que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização das variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, que estão reconhecidos no resultado. **h) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e somado de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do imposto corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em períodos futuros. O imposto diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo que o imposto diferido ativo é reconhecido quando é provável a geração de lucros futuros sujeitos à tributação, os quais este imposto diferido ativo possa ser utilizado, estejam disponíveis.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Administração da SH2 adota política conservadora no seu processo de gerenciamento de riscos. As disponibilidades e aplicações financeiras são realizadas com suas partes relacionadas (BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e MAPFRE Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.), as quais desenvolvem suas atividades conforme as políticas e diretrizes estabelecidas pelo GRUPO SEGURADOR BB E MAPFRE. A SH2 atua como uma *holding* e desta forma, através de suas investidas apresenta exposição aos riscos advindos do uso de instrumentos financeiros, risco de subscrição, risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez e risco operacional. **Risco de subscrição:** As investidas definem risco de subscrição como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Os contratos de seguro que transferem riscos significativos são aqueles onde as investidas possuem a obrigação de pagamento de um benefício adicional significativo aos seus segurados em cenários com substância comercial, classificados através da comparação entre cenários nos quais o evento ocorra, afetando os segurados de forma adversa, e cenários onde o evento não ocorra. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco é de certa forma, acidental e consequentemente sujeito a oscilações. Para um grupo de contratos de seguro onde a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento as investidas entendem que o principal risco transferido é o risco de que sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos segurados são maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia de cálculo destes passivos. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que as investidas incorreriam para fazer face aos eventos de sinistros. As investidas utilizam estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguro, com resseguradoras que possuam *rating* de risco de crédito de alta qualidade, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e vultosos seja minimizado. Não obstante, o risco de subscrição é minimizado em função da menor parcela dos riscos aceitos possuem importâncias seguradas elevadas. **Risco de crédito:** Representa o risco de prejuízo financeiro da SH2 e suas controladas caso um cliente ou contra parte em um instrumento financeiro não cumpra com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis representados, principalmente por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros créditos. A exposição máxima que a SH2 e suas controladas estão sujeitas para esse risco está representada pelos respectivos saldos consignados nas demonstrações financeiras. **Risco de mercado:** É a possibilidade de perdas causadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, que estão principalmente relacionadas a atualização de passivos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **Risco de liquidez:** Representa o risco de a SH2 e suas controladas encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros. Os principais passivos financeiros estão representados pelas obrigações decorrentes das contas a pagar, encargos e tributos a recolher, dividendos a pagar e outras obrigações. A SH2 garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais. **Risco operacional:** representa o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoas, tecnologia e infra-estrutura da empresa e de fatores externos, exceto os relacionados ao risco de crédito, de mercado e de liquidez, bem como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias. O objetivo da SH2 é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, sendo utilizado com o objetivo de evitar perdas e adicionar valor ao negócio, à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros. A Companhia conta com um processo de gestão de riscos, em constante aperfeiçoamento, norteado pelas diretrizes dos modelos internacionais como COSO II-ERM e COBIT e as linhas mestras da Diretiva de Solvência II, aprovada pelo Parlamento Europeu. Alinhado à regulamentação vigente e às políticas corporativas dos acionistas Banco do Brasil e MAPFRE; a gestão busca a adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. O gerenciamento dos riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo apoiado na estrutura de Controles Internos, Conformidade e Gestão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos, buscado minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a correta identificação e mensuração dos riscos. A gestão dos riscos corporativos é sustentada por modelos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do "Value at Risk" (VaR), indicadores de suficiência de capital, dentre outras. A estes modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditoria, tendo como objetivo a análise estratégica dos riscos corporativos. Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, a SH2 e suas investidas contam com os seguintes comitês: **• Comitê financeiro:** Constituído com o caráter de análise e a avaliação das questões ligadas a aspectos financeiros, sendo de competência deste, acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação do Conselho de Administração, dentre outros, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros. **• Comitê de riscos e controles internos:** Constituído como órgão de apoio vinculado ao Comitê Executivo, no âmbito da estrutura de governança corporativa do GRUPO SEGURADOR BB E MAPFRE, tendo como objetivo avaliar e acompanhar, bem como auxiliar a alta direção no processo de avaliação e decisão quanto aos riscos corporativos e controles internos, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração. **• Comitê de auditoria:** Órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração que tem como atribuições, entre outras, revisar as demonstrações financeiras à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controles internos à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e propor ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições. **• Comitê executivo:** Cabe a este comitê zelar pela agilidade e qualidade do processo decisório da SH2. Possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente de controles internos, tais como a gestão dos processos de prevenção e combate a lavagem de dinheiro, a divulgação e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética e a otimização de recursos. O relacionamento dos Comitês com a alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo, contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os Comitês têm em seus regimentos a definição de suas atribuições e nível de reporte. Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais as investidas estão expostas, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade de dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da SH2. A auditoria interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo a um custo razoável. O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. Nas demonstrações financeiras individuais de cada investida foram apresentadas as informações quantitativas a exposição aos riscos as quais estas estão expostas bem como os testes de sensibilidade.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2014	2013
Bancos	8	46
Equivalentes de caixa (*)	25	30
Total de caixa e equivalentes de caixa	33	76

(*) Equivalentes de caixa são compostos por fundos de investimentos de curto, compostos substancialmente por operações compromissadas em títulos públicos federais, com vencimentos originais de até 90 dias, com risco insignificante de mudança de valor.

6. APLICAÇÕES

a) Resumo da classificação:

Descrição	2014	2013
Valor justo por meio do resultado	85.601	1.003
Fundos exclusivos		
Letras financeiras do tesouro (LFT)	–	1.003
Quotas de fundos de investimentos abertos (*)	85.601	–

* Em 31 de dezembro de 2014, compreende substancialmente, operações compromissadas com lastro em títulos públicos e investimentos em títulos públicos.

b) Movimentação:

Descrição	2013	Aplicações	Resgates	Rendimentos/ atualizações	Despesas/ atualizações	2014
Valor justo por meio do resultado						
Fundos exclusivos						
Letras financeiras do tesouro (LFT)	1.003	–	(1.027)	24	–	–
Letras de fundos de investimentos abertos	–	188.300	(110.222)	7.523	–	85.601
Total	1.003	188.300	(111.249)	7.547	–	85.601

Descrição	2012	Aplicações	Resgates	Rendimentos/ atualizações	Despesas/ atualizações	2013
Valor justo por meio do resultado						
Fundos exclusivos						
Letras financeiras do tesouro (LFT)	6.792	–	(6.158)	369	–	1.003
Letras do tesouro nacional (LTN)	858	–	(899)	41	–	–
Total	7.650	–	(7.057)	410	–	1.003

c) Composição por prazo e por título:

31 de dezembro de 2014	Sem vencimento definido	Valor contábil/Valor justo
Valor justo por meio do resultado		
Fundos exclusivos		
Quotas de fundos de investimentos abertos	85.601	85.601
Total	85.601	85.601

31 de dezembro de 2013

Valor justo por meio do resultado	Acima de 360 dias	Valor contábil/Valor justo
Fundos exclusivos		
Letras financeiras do tesouro (LFT)	1.003	1.003
Total	1.003	1.003

d) Hierarquia de valor justo: Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo estão classificados no Nível 1. Os diferentes Níveis foram definidos como se segue: **Nível 1:** títulos com cotação em mercado ativo; **Nível 2:** títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1" cuja precificação é direta ou indiretamente observável; e **Nível 3:** quando são valorizados com base em modelos de avaliação, cujas variáveis são ou não conhecidas, ou não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 não houve transferências de ativos entre Níveis, bem como os títulos mantidos em 31 de dezembro de 2014 foram classificados como Nível 2.

7. PARTICIPAÇÕES EM EMPRESAS CONTROLADAS

a) Movimentações em controladas:

	MAPFRE Seguros Gerais S.A.	Brasilveículos Companhia de Seguros	Aliança do Brasil Seguros S.A	Ágio	Total
Dados das investidas					
Capital social	1.439.863	242.431	105.171	–	1.787.465
Capital social (em aprovação)	110.000	–	–	–	110.000
Quantidade de ações possuídas:					
ON	1.108.531.148	34.724.071	16.607	–	1.149.271.826
PN	–	31.821.068	160	–	31.821.228
Percentual de participação	100%	100%	100%	–	–
Total de ativos	8.856.651	2.809.896	1.313.708	–	12.981.255
Total de passivos líquidos de provisões judiciais	6.637.197	1.889.015	1.114.596	–	9.640.808
Total de provisões judiciais	135.785	423.835	29.733	–	589.353
Patrimônio líquido	2.083.669	497.064	169.379	–	2.750.094
Ágio	–	155.727	–	–	155.727
Total de receitas	4.946.176	1.892.162	676.647	–	7.514.985
Lucro líquido do exercício	87.962	148.240	63.921	–	300.123
Saldo em 1º de janeiro de 2014	1.809.446	530.139	187.651	155.727	2.682.963
Aumento de capital	180.600	–	–	–	180.600
Dividendos	–	(181.000)	(81.100)	–	(262.100)
Ajuste com títulos e valores mobiliários	5.661	(333)	(1.093)	–	4.235
Resultado de equivalência patrimonial	87.962	148.240	63.921	–	300.123
Saldo em 31 de dezembro de 2014	2.083.669	497.064	169.379	155.727	2.905.821
Saldo em 1º de janeiro de 2013	1.545.498	469.608	120.197	155.727	2.291.030
Aumento de capital	71.600	–	15.601	–	87.201
Dividendos	(15.600)	(33.000)	(31.100)	–	(79.700)
Ajuste com títulos e valores mobiliários	(8.702)	(7)	(1.192)	–	(9.901)
Resultado de equivalência patrimonial	216.650	93.538	84.145	–	394.333
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.809.446	530.139	187.651	155.727	2.682.963

b) Ágio: No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi realizada a reorganização societária com a cisão do acervo do patrimônio líquido da empresa Aliança REV Participações S.A., a qual era controlada pela SH2, com versão do patrimônio para a Brasilveículos Companhia de Seguros e para a SH2, relativo à recomposição do ágio originalmente registrado na incorporada. O referido ágio é alocado às unidades de negócios para fins de teste anual de "impairment" (valor recuperável), as quais se beneficiam da combinação de negócios que originou o ágio. **Redução ao valor recuperável do ágio:** A SH2 realiza anualmente o teste de valor recuperável, ou sempre que houver indicativos de perda em qualquer unidade geradora de caixa, sendo o teste realizado de forma consistente nos períodos de fechamento das demonstrações financeiras anuais. Em 31 de dezembro de 2014 foi realizado o teste de recuperabilidade para o ágio registrado no total de R\$ 155.727, relativo à investida Brasilveículos Companhia de Seguros, considerada como unidade geradora de caixa, e segmento operacional que divulga informações, sendo considerada, entre outros fatores, a relação entre resultado do fluxo de caixa descontado e seu valor contábil. **Unidade geradora de caixa:** O valor recuperável dessas unidades geradoras de caixa foi superior ao saldo contábil do ágio registrado em 31 de dezembro de 2014 e 2013. A apuração desse valor também é determinada com base nas projeções do fluxo de caixa descontado a partir de estimativas financeiras elaboradas pela Administração, para um período de dez anos, mais perpetuidade. A taxa de desconto, antes dos impostos, é aplicada às projeções de fluxo de caixa. O cálculo do valor em uso para as unidades geradoras de caixa é mais sensível às seguintes premissas: **• Prêmios emitidos, sinistralidade, comissionamento e despesas administrativas:** Utilizou-se base histórica e expectativa de crescimento e desempenho de cada unidade geradora de caixa. **• Financeiro:** Projeção da rentabilidade de 100% da SELIC. **• Taxa de desconto:** O critério utilizado para a taxa de desconto é o CAPM (*Capital Asset Pricing Model*), ou Modelo de Precificação de Ativos Financeiros, que considera o custo de capital correspondente à taxa de rentabilidade exigida pelos acionistas como compensação pelo risco de mercado ao qual estão expostos, onde foram considerados dois cenários, Custo de Oportunidade ou CAPM, dos dois o maior. **Sensibilidade a mudanças nas premissas:** As implicações das principais premissas para o montante recuperável são discutidas a seguir: **• Premissas de taxa de crescimento:** O cenário macroeconômico futuro e a alta volatilidade do mercado podem causar um impacto significativo nas premissas de taxas de crescimento. **• Margem de contribuição:** Uma redução na margem de contribuição, principalmente pelo descolamento da sinistralidade dos produtos projetados, resultaria em prejuízo para aquela operação. **• Taxas de desconto:** Um aumento na taxa de desconto antes de impostos resultaria em um maior comprometimento.

8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

Compreende imposto de renda e contribuição social a pagar de R\$ 1.108 e R\$ 407, respectivamente.

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 1.968.380 (R\$ 1.968.380 em 2013) e está representado por 1.506.786.466 ações nominativas e sem valor nominal (1.506.786.466 em 2013), das quais 753.393.233 (753.393.233 em 2013) são ações ordinárias, 384.230.549 (384.230.549 em 2013) são ações preferenciais classe "A" e 369.162.684 (369.162.684 em 2013) são ações preferenciais classe "B". **b) Dividendos e remunerações aos acionistas:** Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. A parcela dos dividendos que excede o mínimo obrigatório só é deduzida do patrimônio líquido quando efetivamente paga ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. Na assembleia geral extraordinária realizada em 24 de fevereiro de 2015 os acionistas deliberaram pela não distribuição de dividendos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, não sendo, portanto, registrado os dividendos mínimos obrigatórios. **c) Reserva legal:** Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social. **d) Reserva de investimentos:** Criada na Assembleia Geral Extraordinária de 26 de junho de 2013 com o saldo da Reserva de lucros é constituída por até 100% do lucro líquido remanescente após as deduções estabelecidas no estatuto social. **e) Ajustes com títulos e valores mobiliários:** Compreende ajustes correspondentes aos Títulos e Valores Mobiliários classificados como ativos financeiros disponíveis para venda.

10. DETALHAMENTO DE CONTAS DAS DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

	2014	2013
a) Despesas administrativas:	(2.374)	(1.662)
Honorários com consultores	(1.354)	(893)
Serviços de terceiros	(216)	(201)
Localização e funcionamento	(145)	(32)
Despesas com tributos	(210)	(217)
Outras despesas administrativas	(449)	(319)

b) Resultado financeiro:

Receitas Financeiras	7.547	790
Juros sobre ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado	7.523	410
Outros	24	380

continua *